

Estudo de Suporte à Transformação do Uso dos Espaços Florestais - PDM-Odivelas

Junho de 2013

No âmbito dos trabalhos do PDM, elaborou-se um Estudo de Suporte à Transformação do Uso dos Espaços Florestais, de modo a identificar e seguidamente ponderar, optar e fundamentar, todas as áreas do município que se revelem em conflito legal em matéria referente aos recursos florestais.

Em concordância do ICNF, elaborou-se este estudo com base na informação presente no Plano Municipal de defesa da floresta (PMDFCI) que está atualmente em revisão, designadamente o Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do PMDFCI. Este último, bem como os mapas referentes aos povoamentos florestais e áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, foram produzidos conforme metodologia aceite pela direção Geral do território (DGT) para o desenvolvimento da Carta de Riscos de Incêndios Florestais a nível nacional, o qual obteve aprovação na 26.ª reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, no passado dia 30 de Maio de 2013.

O Estudo de análise da reclassificação do Solo nos espaços florestais para verificação do cumprimento do regime jurídico da proteção contra incêndios florestais traduziu-se em 3 mapas:

- Áreas de Povoamentos Florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos (Fig. 1).
- Áreas de Povoamentos Florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos em Solo Rural e Não Classificado do PDM em Vigor reclassificados para Solo Urbano (Fig. 2).
- Áreas de Classe IV e V de Perigosidade de Incêndio Florestal em Solo Rural e Não Classificado do PDM em Vigor reclassificados para Solo Urbano (Fig.4).

As Áreas de Povoamentos Florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos no Município de Odivelas, resultaram do cruzamento da informação contida no PMDFCI, referente às áreas de povoamentos florestais com as áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos (Fig. 1). Deste cruzamento apenas se consideraram as áreas de povoamentos florestais abrangidas pelas manchas de incêndios representadas no PMDFCI em elaboração.

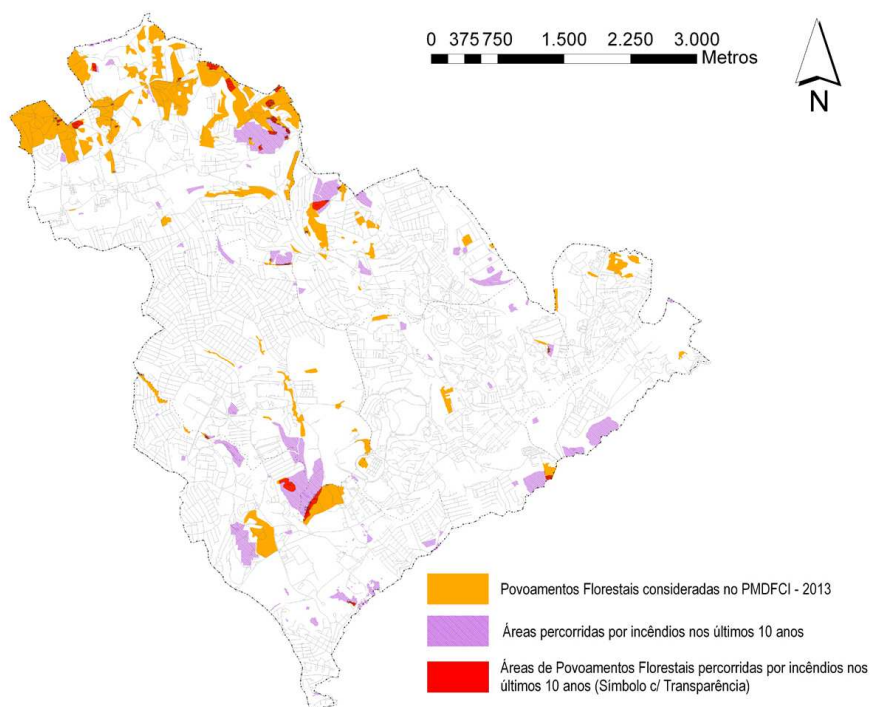


Fig.1 – Áreas de Povoamentos Florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos no Município de Odivelas – Maio de 2013

O estudo das Áreas de Povoamentos Florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos em Solo Rural e Não Classificado do PDM em Vigor reclassificados para Solo Urbano, apenas gerou uma área em conflito legal de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei 55/2007 de 12 de Março.

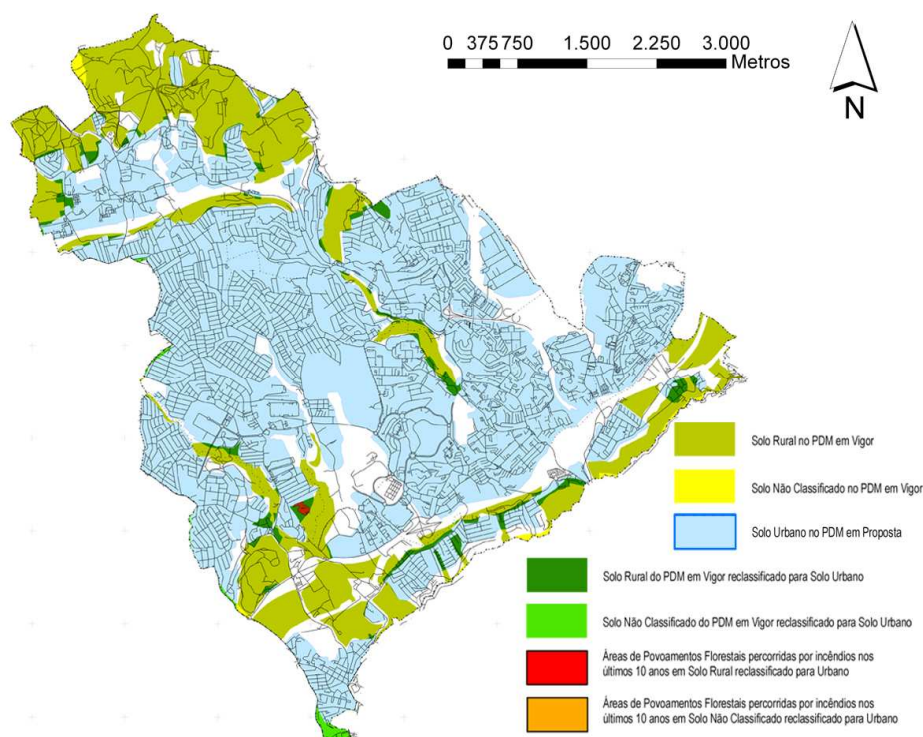


Fig.2 – Áreas de Povoamentos Florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos em Solo Rural e Não Classificado do PDM em Vigor, reclassificados para Solo Urbano – Maio de 2013

Esta área em conflito legal é um espaço urbanizável a integrar em projeto de desenvolvimento da UOPG 12 – Área Empresarial de Famões (fig. 3). A área a considerar como solo urbano, é o resultado da concertação com as entidades CCDRLVT e DRAPLVT e CMO, no sentido de permitir a compensação/relocalização de áreas de espaço urbanizável classificadas no PDM em vigor, constituintes de uma única parcela. Esta operação deve-se ao facto dos espaços atualmente classificados como solo urbano constituírem um impedimento à concretização de um corredor verde contínuo, o qual é parte integrante de uma mancha de Área Vital do PROTAML naquela zona. Entendem estas entidades que, uma vez terem sido geradas expectativas para esta parcela, as mesmas deverão ser mantidas ou minimizado o seu prejuízo, podendo ser relocalizadas as categorias de espaço urbano, no sentido de permitir e potenciar a concretização de um espaço verde municipal que permita o acesso da população a uma área que está há muito impenetrável, devido à sua desarticulação com o restante território. Assim, dado o valor paisagístico deste local, é de todo pertinente a sua concretização como espaço de uso público e do domínio municipal.

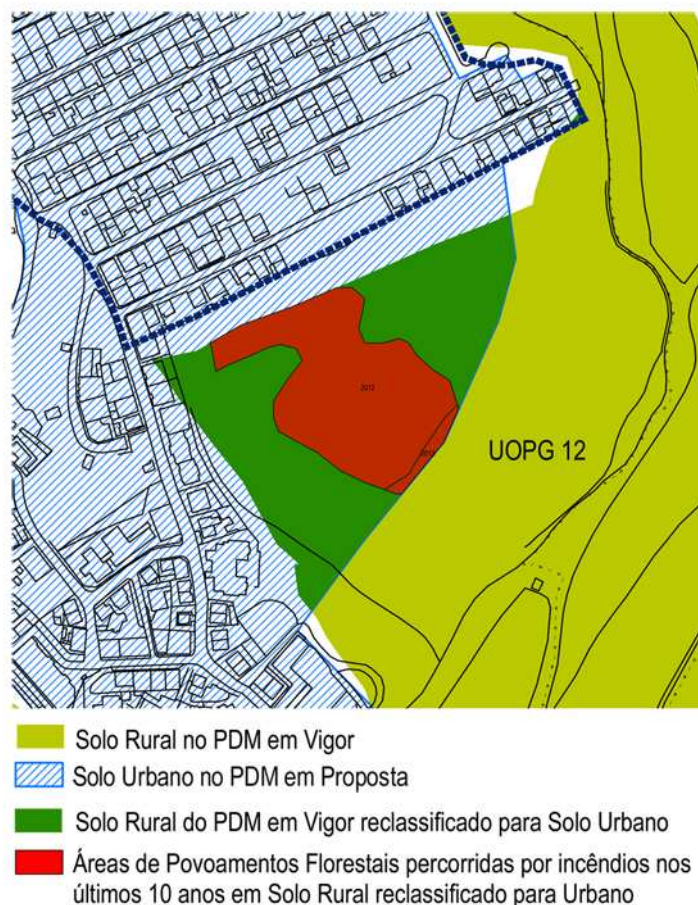


Fig.3 – Área de Povoações Florestais percorrida por incêndios no ano de 2012 em Solo Rural do PDM em Vigor reclassificada para Solo Urbano – Maio de 2013

A elaboração do presente plano implicou a alteração da classificação dos usos do solo do PDM em vigor, tendo sido reclassificado Solo Rural em Solo Urbano no novo plano. Com o objetivo de verificar o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, elaborou-se o estudo das áreas de conflito legal com este diploma, por forma a minimizar e alterar algumas dessas situações. Não obstante, constata-se que as dinâmicas do território são os principais fatores que estão na génese destes conflitos.

Efetuuou-se o estudo das áreas de conflito legal, resultantes da interseção das manchas de Solo Rural e Não Classificado do PDM em vigor, que assumem reclassificação de solo Urbano no PDM em Proposta, com Áreas de Perigosidade de Incêndio Classe alta e Muito Alta (do PMDFCI em elaboração), dando origem ao conjunto de manchas de conflito. De modo a que este estudo pudesse ter aplicação à escala de um PDM, efetuou-se uma seleção, de modo a validar apenas manchas com área considerável de representação, procedendo-se à validação das manchas finais.

Na primeira fase registaram-se todos os conflitos: 147 manchas de Solo Rural e 9 manchas de Solo Não Classificado.

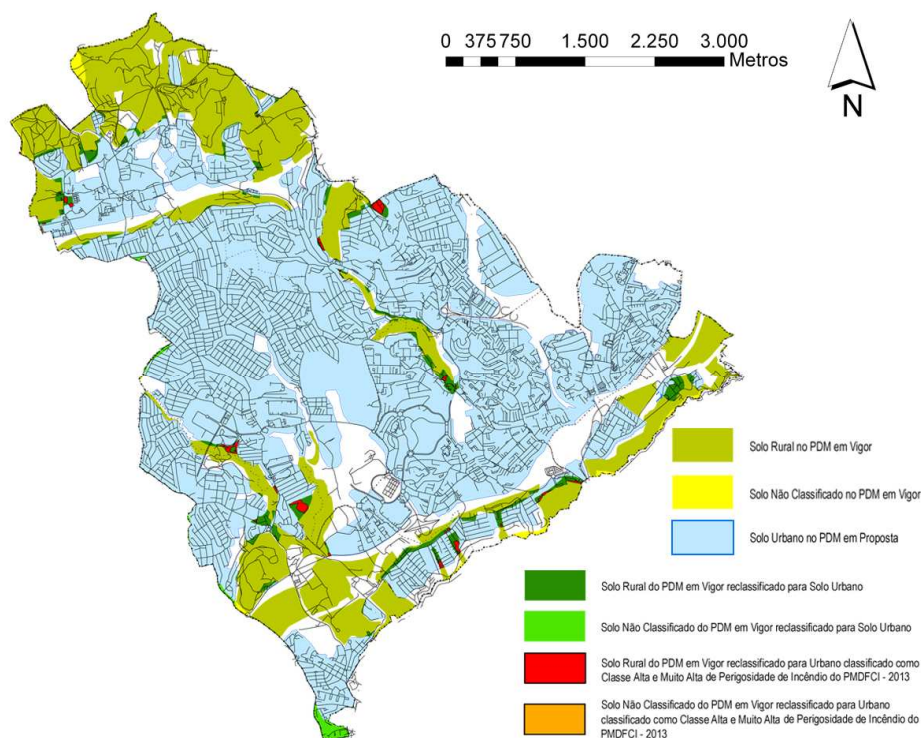


Fig. 4 – Áreas de Classe IV e V de Perigosidade de Incêndio Florestal em Solo Rural e Não Classificado do PDM em Vigor reclassificados para Solo Urbano – Maio de 2013

Do total de manchas de Solo Rural do PDM em Vigor temos: 86 com área inferior a 50m² (59% do total); 103 com área inferior a 100m² (70% do total) e 134 com área inferior a 1000 m² (91% do total).

Contudo, na cartografia à escala 1: 10000 são apenas representadas as manchas com áreas iguais ou superiores a 5000m². Assim, de modo a dar um maior grau de aferição, dado o facto de se tratar de um número considerável de ocorrências, consideraram-se as manchas com área igual ou superior a 1000m², o correspondente a apenas 13 manchas. Sendo que, destas apenas 4 têm área superior a 5000m² (representável à escala 1:10000).

Usaram-se os mesmos critérios de validação para as 9 manchas de Solo Não Classificado do PDM em Vigor, das quais apenas se considerou 1 mancha, por ter área superior a 1000 m².

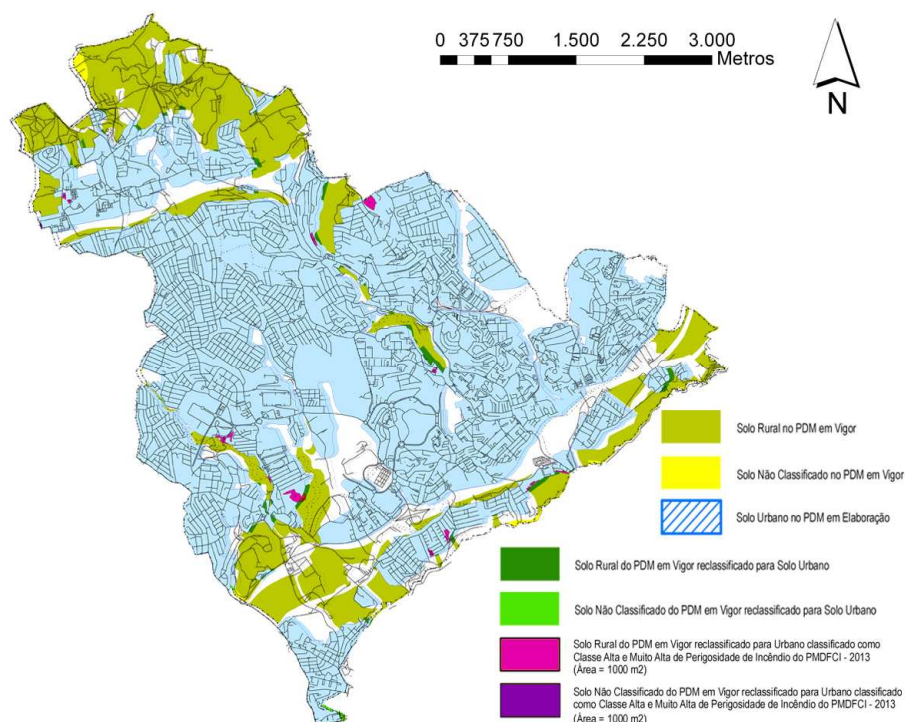


Fig. 5 – Áreas de Classe IV e V de Perigosidade de Incêndio Florestal em Solo Rural e Não Classificado do PDM em Vigor reclassificados para Solo Urbano – Área superior a 1000m2 – Maio de 2013

As manchas 1 e 2 correspondem a uma Área Urbana de Gênese Ilegal (AUGI) integrada em PMOT - Plano de Urbanização da Vertente Sul, com 2894,26m2 e 5016,00 de área, respetivamente. As AUGI que englobam estas manchas são a Quinta do Zé Luís e a Encosta da Luz. O PDM propõe para estas manchas a categoria de Espaço Urbano Residencial a Reconverter, (Fig.6). A Reclassificação das áreas que compreendem as manchas em avaliação, deve-se, ao acerto da cartografia conforme definido pela CAOP, uma vez que, por lapso, a cartografia anterior indicava a existência de linhas de água nestas áreas, tendo sido corrigida a sua localização na cartografia atual e também pela necessidade de afetação de solo urbano para realojamento aquando do processo de legalização da AUGI.

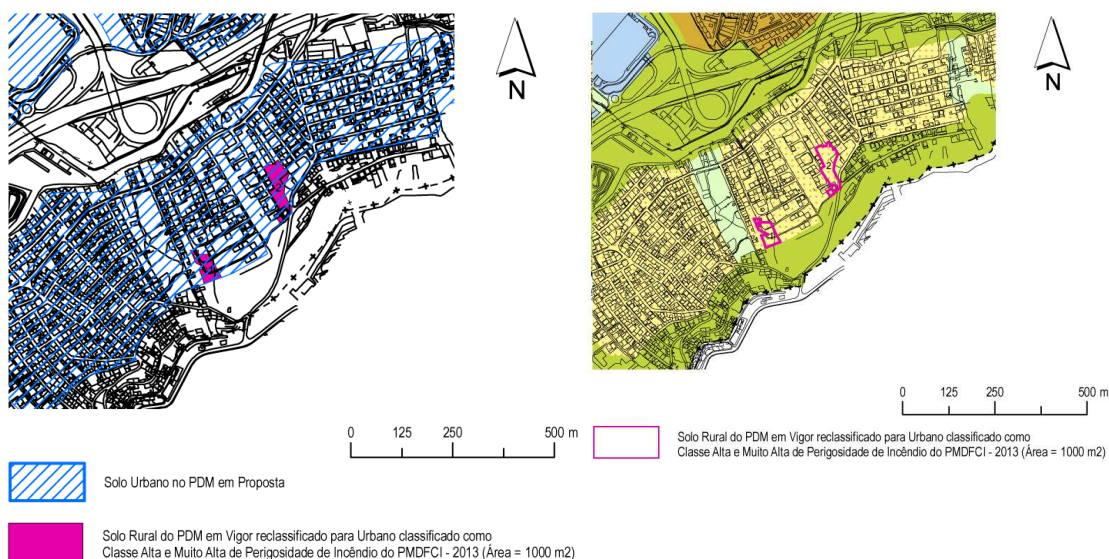


Fig.6 – Manchas 1 e 2 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

A mancha 3 (Fig.7) tem uma área de 13.357,45 m², cuja categoria de solo proposta é de Espaço Urbanizável Residencial - Nível 1. Esta área integra uma parcela da UOPG 12, para a qual já existe um processo de licenciamento constituído, com usos previstos de habitação e atividades económicas, cuja deliberação e aprovação da planta de ordenamento ocorreu na 3ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Loures, de 29 de Agosto de 1997, nunca tendo sido declarada a caducidade deste processo. A proposta de reclassificação tem por objetivo fazer face à exigência de manter a continuidade do corredor verde que constitui uma mancha de Área Vital do PROT na zona a Nascente desta mancha, a qual, no PDM em vigor, está parcialmente classificada como Espaço Urbanizável Misto de Indústria e Terciário. Assim, a proposta de classificação da área que compreende esta mancha, agora em avaliação, como solo urbano, surge do objetivo de realocação da área edificável correspondente à parcela, para a qual já existe projeto aprovado.

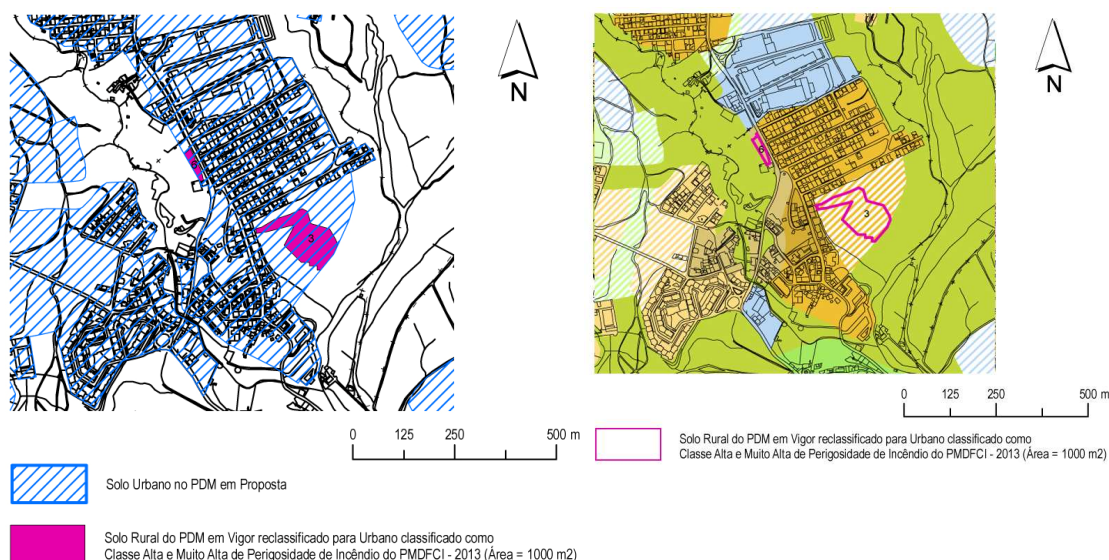


Fig.7 – Manchas 3 e 6 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

As manchas 4 e 5 (Fig.8) surgem da necessidade de redelimitação da parcela existente, de acordo com alinhamentos urbanísticos do espaço urbano da Estação do Sr. Roubado e o espaço urbanizado a Poente. Estas manchas integram o Plano de Pormenor da Zona de Interface do Sr. Roubado, sendo a zona poente da mancha 4 também interceta o Plano de Urbanização da Vertente Sul. As manchas correspondem, respetivamente a 1.154,12m² e 1.686,23m². É proposto para esta zona uma categoria de solo de Espaço de Atividades Económicas a Requalificar.

A mancha 6 (Fig.7) corresponde ao acerto do limite da área urbana consolidada que lhe é contígua, a qual já tem um edifício licenciado. Tem uma área de 1375,64m², livre de quaisquer condicionantes urbanísticas. Propõe-se para este solo a categoria de Espaço Urbanizado Central - Nível 2.

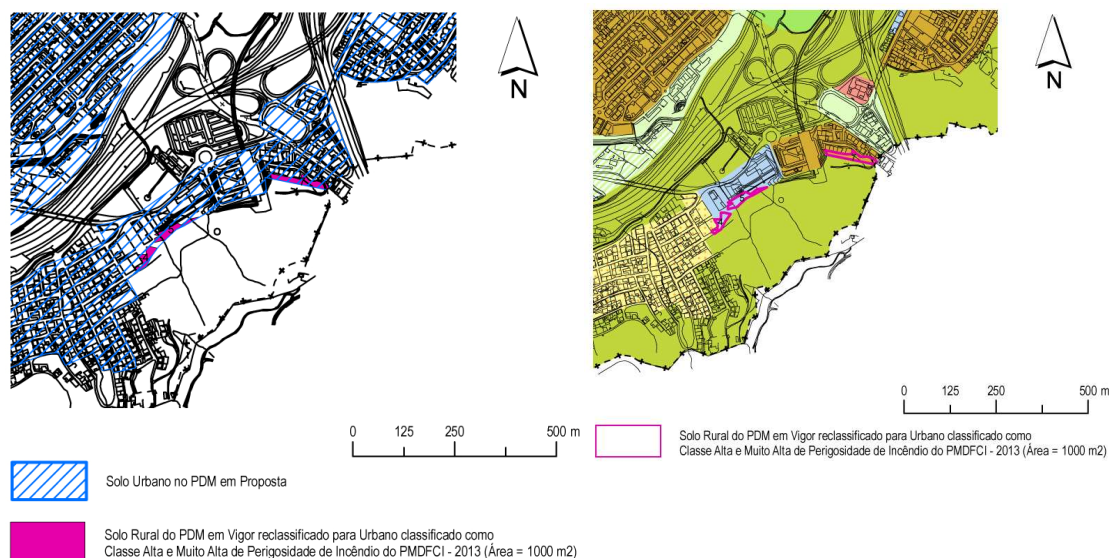


Fig.8 – Manchas 4, 5 e 7 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

A mancha 7 (Fig.8) corresponde ao acerto do limite da área urbana consolidada do Sr. Roubado que lhe é contígua. Este acerto deve-se ao objetivo de criar uma zona de remate entre o tecido urbano e o espaço com categoria de Solo Rural a Sul. Tem uma área de 2.152,36m². A categoria proposta para este solo é Espaço Urbanizado Central - Nível 1.

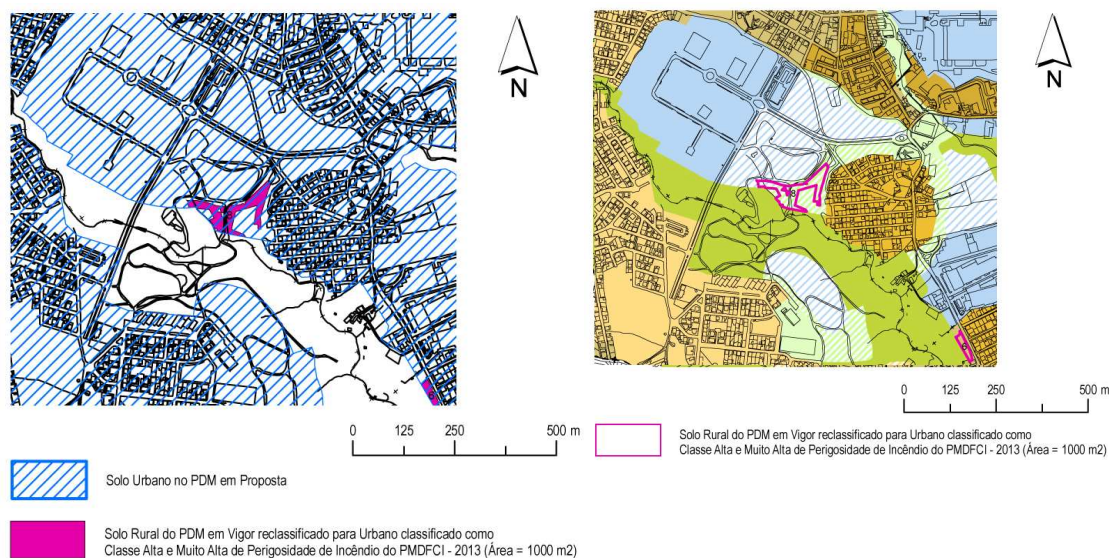


Fig.9 – Mancha 8 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

A mancha 8 (Fig.9) tem 7.925,73m² de área. Na sua maioria, esta corresponde a um espaço verde de uso urbano, que faz a articulação entre a área urbana proposta a Poente e a área urbana existente a Nascente, com uso de solo proposto de Espaço Verde Urbano; a restante mancha corresponde a Espaço Urbanizável de Atividades Económicas, junto do empreendimento da Quinta do Segolim, que corresponde ao fecho da área empresarial a Norte e Poente. Contudo, a UOPG 13 define para esta zona

um desenho urbano que permita a diluição entre o espaço urbano denso e a extensa área verde a Sul, o que concorre para a não edificação da zona abrangida por esta mancha.



Fig.10 – Mancha 9 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

A Mancha 9 (Fig.10) corresponde a um espaço intersticial descaraterizado de uma AUGI por Reconverter (Bela Vista/Arroja Velha), com 1.907,60m² de área. É proposto para esta mancha a categoria de Espaço Urbano Residencial a Reconverter, de modo a que possa fazer parte do conjunto urbano a reconverter. A reconfiguração da mancha de solo urbano nesta zona, tem o objetivo minimizar a existência de vazios urbanos e existência de espaços em baldio, intercalados com outros construídos. Contudo, desta mancha de espaço a reconverter, irão surgir espaços verdes que são o resultado do reordenamento da ocupação urbana nesta área.

A Mancha 10 (Fig.11), com 3511,25m², corresponde à redelimitação do perímetro da AUGI - Borrageiro – Rua da Boa Esperança, a qual tem processo em aprovação. Propõe-se para esta área a categoria de Espaço Urbano Residencial a Reconverter. Esta reclassificação surge da necessidade de realocação de lotes indicada no estudo geotécnico elaborado para a legalização deste bairro.

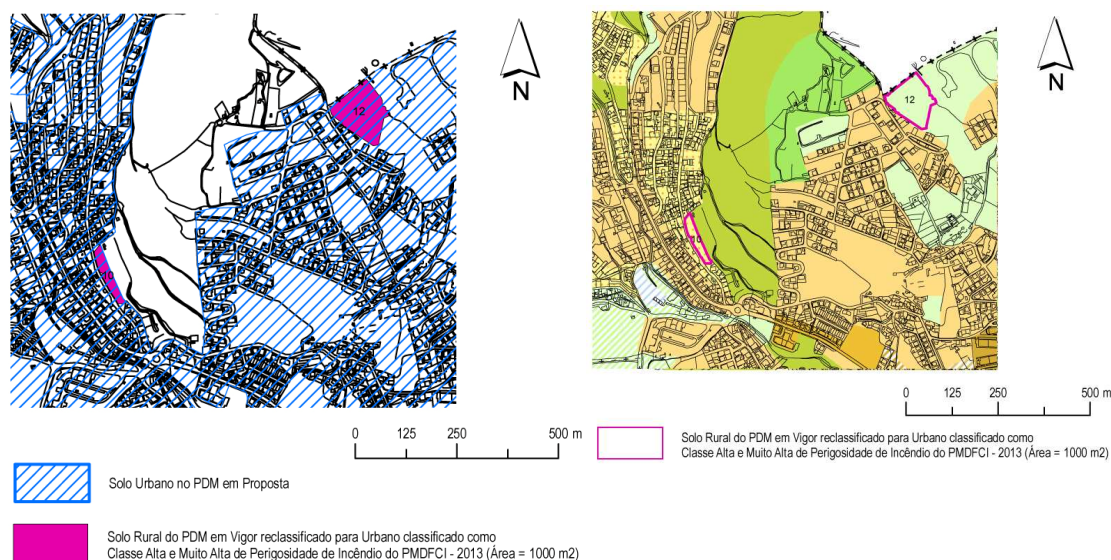


Fig.11 – Manchas 10 e 12 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

A Mancha 11 (Fig.12) tem uma área de 1437,46m² e constitui uma pequena área de tecido urbano consolidado na Vila de Caneças. Assume em proposta a categoria de Espaço Urbanizado Consolidado. Corresponde a parte de uma parcela para a qual já existe um processo de licenciamento. A restante constitui uma área de espaço intersticial entre várias operações urbanísticas.

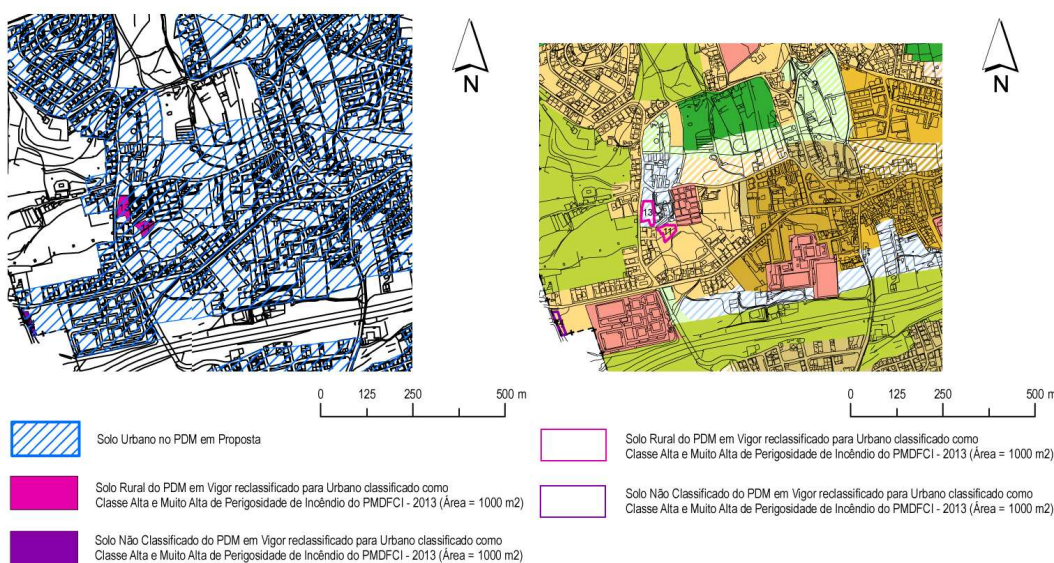


Fig.12 – Manchas 11, 13 e 14 – Interseção com o perímetro urbano e com o ordenamento dos usos do solo em proposta

A Mancha 12 (Fig.11), com 13.182,95m², é um espaço verde integrado no tecido consolidado, o qual adquire a categoria de Espaço Urbanizado Consolidado Verde, não se propondo edificação para este espaço.

A Mancha 13 (Fig.12), com 2.020,28m². Corresponde a uma área que engloba um *cluster* de tecido de atividades económicas locais de manutenção temporária a regenerar. Esta área constitui o remate de um

quarteirão existente, com a mesma ocupação funcional. Propõe-se para esta mancha a categoria de Espaço Urbanizável de Atividades Económicas.

A Mancha 14 (Fig.12) corresponde a um acerto dos limites da CAOP, a qual pertence atualmente ao território de Odivelas, cuja área é de 1.060,38m².